

PERFIL DA SÍFLIS CONGÊNITA NO BRASIL NOS ULTIMOS 10 ANOS – UMA REVISÃO INTEGRATIVA

ALVES, Vitória Kristynna Costa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Câmpus Águas Lindas

SOUZA, Maria Eduarda Ferreira de

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Câmpus Águas Lindas

PINTO, Lyris Merúvia

Universidade Federal de Goiás - Câmpus Goiás

FREITAS, Zilka dos Santos de

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Câmpus Águas Lindas

SOUZA JÚNIOR, Hélio de

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Câmpus Águas Lindas

helio.junior@ifg.edu.br

A sífilis congênita permanece como um relevante desafio de saúde pública no Brasil, ainda que seja uma condição evitável por meio do diagnóstico precoce e do tratamento oportuno durante o pré-natal, constituindo um indicador da qualidade da atenção básica e do cuidado materno-infantil. Este estudo teve como objetivo realizar uma revisão integrativa da literatura, no período de 2014 a 2024, a fim de compreender os avanços, dificuldades e perspectivas no enfrentamento da sífilis congênita. A pesquisa foi conduzida a partir das bases SciELO, PubMed, BVS e ScienceDirect, utilizando descritores relacionados à sífilis, gestação e transmissão vertical, com critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, sendo selecionados cinco artigos que atenderam

integralmente aos parâmetros estabelecidos. Os resultados apontaram para uma tendência de aumento dos casos até 2018, com posterior estabilização em patamares elevados, situação agravada pelo impacto da pandemia de COVID-19, que ocasionou descontinuidade no acompanhamento pré-natal e falhas no diagnóstico e no tratamento de gestantes e parceiros. Os estudos analisados evidenciam que a persistência da sífilis congênita está associada a fatores estruturais e sociais, como desigualdade socioeconômica, baixa escolaridade materna, início tardio do pré-natal, ausência de tratamento adequado das gestantes e de seus parceiros, escassez de penicilina em alguns períodos e falhas na vigilância epidemiológica. Foi constatado que municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano e cobertura insuficiente da atenção primária apresentaram maior incidência de casos, reforçando a necessidade de intervenções locais e de políticas públicas consistentes. Além disso, gestantes atendidas na rede pública, em comparação com as atendidas na rede privada, mostraram maior vulnerabilidade à infecção e aos desfechos desfavoráveis, revelando disparidades de acesso e de qualidade assistencial. Os desfechos clínicos para os recém-nascidos incluíram prematuridade, baixo peso, malformações, sequelas neurológicas e óbito neonatal, configurando impactos que ultrapassam a esfera biológica e alcançam dimensões sociais, educacionais e econômicas. Os dados reunidos reforçam a importância de estratégias intersetoriais que promovam não apenas a testagem e o tratamento oportuno, mas também a inclusão do parceiro sexual no cuidado e a ampliação das ações de educação em saúde, especialmente para populações em situação de maior vulnerabilidade. Conclui-se que, apesar de esforços institucionais e avanços no diagnóstico e no fortalecimento das políticas públicas, a sífilis congênita continua a demandar medidas mais efetivas e contínuas que articulem prevenção, diagnóstico precoce, tratamento adequado e vigilância qualificada. Dessa forma, torna-se imprescindível que o enfrentamento da sífilis congênita seja compreendido como um compromisso de saúde pública, que exige não apenas investimentos técnicos e estruturais, mas também a construção de um cuidado integral, humano e equitativo, capaz de promover o controle e, futuramente, a eliminação dessa infecção evitável e de graves consequências para mães, recém-nascidos e toda a sociedade.

Palavras-chave

Infecções Sexualmente Transmissíveis; Infecções por Treponema; Sífilis Congênita.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Federal de Goiás. Agradecemos ao CNPq pela bolsa concedida.